



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2023

Área Requisitante / Técnica	Gerência de Tecnologia da Informação - GTI
Área de Apoio Administrativo	Gerência de Compras e Contratos – GCC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante / Técnico	Thiago Aparecido de Britto Navas – Matrícula 775
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Henrique Pereira Soares, matrícula 975

1. OBJETO

1.1. O presente ETP versa sobre a contratação de serviços de certificação digital para pessoas física (e-CPF), jurídica (e-CNPJ), na hierarquia da ICP-Brasil, com ou sem fornecimento de dispositivos criptográficos (tokens) e para servidores web e de rede, visando atender as necessidades do Coren-SP.

1.2. Os serviços objeto deste expediente podem ser classificados como de natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

2. ANÁLISE E IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A manutenção de contrato de serviços de certificação digital é necessária para devida manutenção das atividades desenvolvidas no âmbito do Coren-SP, tendo em vista que diversos processos executados nos setores administrativos do órgão exigem a certificação digital para validação de atos, a exemplo de: liberação de movimentação de conta bancária e liberação de pagamentos pelo Ordenador de Despesas e Tesouraria; operacionalização de licitações no Portal de Compras Governamentais por Autoridade Superior, CPL e pregoeiros; envio de obrigações acessórias à RFB, CEF e INSS pelos setores da GEFIN e GGP, integração do sistema ADMRH com o eSocial pela GGP, operacionalização do PJe pelos usuários da GJUR e integração com os órgãos da justiça através do sistema CECAM e na utilização da GTI para uso nos domínios utilizados nos servidores de e-mail (mail.coren-sp.org.br, mail.corensp.gov.br), portal (coren-sp.gov.br) e sites de campanha do Coren-SP (apoieaenfermagem.com.br).

2.2. Cumpre destacar que se trata de demanda permanente, uma vez que, os certificados digitais de pessoa física são pessoais e intransferíveis. Deste modo, tendo em vista possíveis alterações no pessoal que realiza processos que exigem certificação digital, cabe ao Coren-SP propiciar, de forma rápida, a contratação de certificação digital para os agentes que venham a substituí-los, garantindo a continuidade do negócio.

2.3. Para o exercício de 2023, especialmente, far-se-á necessária a disponibilidade para a contratação de certificados digitais do tipo eCPF e eCNPJ para uso da próxima equipe gestora do Coren-SP, assim sendo, a princípio, será necessária a contratação de certificação para a Presidência e Vice-Presidência, além da certificação institucional, para os membros da Diretoria, e certificação dos atos administrativos para os demais setores do Coren-SP conforme supracitado.

3. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

3.1. Em relação à vinculação do objeto aos instrumentos de planejamento institucionais, a contratação de serviços de certificação digital, ainda que permitam a validação dos atos relacionados às atividades fim e meio da instituição, não encontram previsão específica no Planejamento Estratégico ou no PPA 2021-2024, uma vez que não se tratam de despesas de capital ou investimentos, acobertando-se,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

tematicamente, em despesas de custeio.

4. DA ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR / DOS CONTRATOS ATUAIS

4.1. Os contratos atuais, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 04/2022 (PA 13059/2021) não possuem histórico de ocorrências relacionado a inexecuções contratuais.

4.2. Em relação às especificações técnicas, foi observada a necessidade de ajustar o prazo de validade do certificado de servidor do tipo SSL Wildcard (Item 4) que, devido a protocolo de segurança internacional, passou a ser comercializado em período máximo de 12 (doze) meses.

4.3. Assim sendo, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) opta por utilizar o conjunto de especificações técnicas e demais exigências relacionadas ao objeto do pregão eletrônico nº 04/2022.

4.4. O histórico de consumo, desde o início da vigência contratual, em maio/2022 até o mês de fevereiro/2023 é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE REQUISITADA
1	Emissão de certificado digital para pessoa física (e-CPF) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses e dispositivo de armazenamento de certificado (token)	Unidade	20
2	Emissão de certificado digital para pessoa física (e-CPF) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses, homologado pela ICP-Brasil (sem token)	Unidade	20
3	Emissão de certificado digital para pessoa jurídica (e-CNPJ) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses e dispositivo de armazenamento de certificado (token)	Unidade	10
4	Emissão de certificado digital para pessoa jurídica (e-CNPJ) do tipo A1 com validade de 12 (doze) meses	Unidade	20
5	Emissão de certificado de servidor do tipo SSL Wildcard de validação de empresa (OV), sem limite do número de sites pelo período de 12 (doze) meses.	Unidade	10
6	Emissão de certificado de servidor do tipo SSL DV de validação de domínio (DV), pelo período de 12 (doze) meses.	Unidade	20

5. EXAME DOS PRINCIPAIS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

5.1. A presente contratação deverá seguir o rito da Lei nº 14.133/2021 e legislação que a acompanha. Isto posto, não foram observados normativos específicos que regem a contratação em questão.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

6.1. Requisitos Necessários ao Atendimento das Necessidades:

6.1.1. Realizar a validação e/ou emissão dos certificados digitais dentro dos prazos e nas condições definidas pela Contratante;

6.1.2. Utilizar ferramentas de proteção e segurança da informação, a fim de evitar qualquer acesso não autorizado aos sistemas e softwares, seja em relação ao que eventualmente estejam



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

sob sua responsabilidade direta ou que foram disponibilizados ao Coren-SP, ainda que por meio de link para *download*;

6.1.3. Disponibilizar canal de atendimento para abertura de agendamentos e chamados de suporte técnico, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h às 17h), indicando os telefones de contato;

6.1.4. Apresentar relação contendo o endereço e horário de funcionamento de seus postos de atendimento vinculados e habilitados a emitir os certificados digitais contratados;

6.1.5. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações provenientes dos serviços realizados.

6.1.6. Obrigações da AC (Autoridade Certificadora) e AR (Autoridade de Registro):

6.1.6.1. Revogar dentro do menor tempo possível os Certificados que tiverem suas cadeias de certificação comprometidas sem nenhum custo adicional para a Contratante.

6.1.6.2. Notificar a Autoridade Certificadora raiz imediatamente acima na hierarquia, emitente do seu Certificado, quando ocorrer comprometimento de sua chave privada e solicitar a imediata revogação desse Certificado. No caso de revogação a Contratante fica livre de custos referentes à geração do novo certificado, devendo estes serem de responsabilidade da Contratada.

6.1.6.3. Divulgar periodicamente a lista de Certificados revogados.

6.1.6.4. Os profissionais da Contratada que lidem com elementos criptográficos devem ser submetidos à processos de verificação com o intuito de garantir a segurança e credibilidade da AC.

6.1.6.5. Reemitir gratuitamente o Certificado quando da solicitação da Contratante durante seu período de validade ou quando constatada incompatibilidade, erro ou comprometimento das informações dos Certificados em qualquer uma das fases do processo.

6.1.6.6. Assegurar que sua cadeia de certificação (AC e CERTIFICADOS intermediários) é conhecida pelos principais *browsers* de mercado (como *Google Chrome*, *MS Internet Explorer*, *MS Edge*, *Mozilla Firefox*, *Safari* e *Opera*) inclusive suas versões móveis.

6.1.6.7. Utilizar protocolo de comunicação seguro ao disponibilizar serviços para os solicitantes ou usuários de Certificados Digitais via *web*.

6.1.6.8. Manter e testar periodicamente seu Plano de Continuidade do Negócio – PCN.

6.2. Natureza Continuada (ou não) do Serviço

6.2.1. Considerando que o serviço de certificação digital é demanda permanente da instituição, de forma que, eventual ausência de serviços contratados comprometerá diretamente a atividade finalística da instituição, a exemplo do eCNPJ destinado à operação de obrigações fiscais e trabalhistas do órgão ou dos certificados de segurança dos domínios web e de servidores do Coren-SP, que devem ser renovados a cada 12 (doze) meses, a EPC entende que o objeto de estudos deste ETP se enquadra na definição trazida no inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que define serviço contínuo como aqueles contratados para manutenção das atividades administrativas, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

6.3. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

6.3.1. Após consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, emitido pela AGU, não foram



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

localizados critérios e práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto a ser contratado. Cabe destacar que se trata do fornecimento de certificação digital para usuários e institucional dentro das especificações e normas da ICP-Brasil.

6.4. Duração Inicial do Contrato

6.4.1. Considerando o entendimento da EPC quanto à classificação dos serviços em questão como contínuos, o prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses contados da data programada para início de vigência contratual, prorrogável até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4.2. A contratação plurianual, segundo o entendimento da EPC, trata vantagens econômicas à Administração decorrentes da economia do custo administrativo com a tramitação de procedimentos de renovação contratual, que envolvem recursos materiais e humanos de uma série de setores, para um serviço que, sabidamente, é essencial para o bom desempenho das atividades administrativas da instituição, de forma que a eventual necessidade de pronta aquisição de certificados não seria suprida na indisponibilidade de contratos para tais serviços.

6.4.3. Frise-se, também, que a sugestão de vigência plurianual considerou a existência de mercado estável de prestação de serviços de certificação digital, bem como a inexistência de intercorrências operacionais ou administrativas relevantes nas contratações anteriores, indicando risco reduzido do não atendimento das necessidades da Administração, haja vista o presente ETP objetivar a manutenção de Solução que já atendia adequadamente a demanda do órgão.

6.4.4. A EPC destaca, também, que o período de vigência plurianual para o objeto em questão não promoverá prejuízo no acompanhamento da execução do objeto, haja vistas a possibilidade de aplicação de sanções administrativas a qualquer e tampouco prejuízo relacionado aos processos de reajustamento do Contrato, considerando que o Termo de Referência preverá capítulos relacionados à questão, que é formalizada por meio de apostilamento ao instrumento contratual.

6.5. Transição Contratual

6.5.1. Não haverá necessidade de a Contratada promover ação de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas para a continuidade da gestão do Coren-SP, uma vez que os serviços contratados envolvem procedimentos padronizados, normatizados e amplamente praticados pelas empresas do setor de certificação e segurança da informação.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1. Considerando que os serviços de certificação digital atendem a parâmetros técnicos padronizados, atendendo, no âmbito do Coren-SP a necessidades específicas, os trabalhos da Equipe de Planejamento se resumiram a mapear os processos em que a certificação digital (quaisquer dos itens) é necessária, definindo quantidades para contratação.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

8.1.1. ITEM 1: Emissão de Certificado digital para Pessoa Física (e-CPF A3 com Token)

8.1.1.1. Certificado nível A3 – tipo e-CPF;

8.1.1.2. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);

8.1.1.3. Validade: 3 (três) anos, contados da data de emissão do certificado;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.1.1.4. Aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;

8.1.1.5. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro;

8.1.1.6. Deverá ser fornecido, acompanhando cada certificado digital emitido, um dispositivo criptográfico de armazenamento do certificado digital (token), que deverá atender, minimamente, às seguintes especificações técnicas:

- a)** Deverá ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- b)** Totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3;
- c)** Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A, versão 2.0 (ou superior compatível com a versão 2.0);
- d)** Emitir conexão direta com a porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
- e)** Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- f)** Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres;
- g)** Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
- h)** Permitir geração de chaves, protegidas por PINs (*Personal Identification Number*), compostos por caracteres alfanuméricos;
- i)** Fornecer *driver* e programa de gerenciamento para o Sistema Operacional *Microsoft Windows* 10 e versões superiores;
- j)** Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução;
- k)** Suportar, pelo menos, os seguintes navegadores: *Microsoft Internet Explorer* (versão 7.0 e superiores), *Firefox* (versão 45.0 e superiores) e *Google Chrome* (versão 35 ou superior);
- l)** Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do Titular do dispositivo;
- m)** O bloqueio do dispositivo deverá seguir as recomendações das normas do ICP-Brasil;
- n)** O *Software* de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil.

8.1.1.7. Requisição Mínima: 1 (uma) unidade.

8.1.2. ITEM 2: Emissão de Certificado digital para Pessoa Física (e-CPF A3 sem Token)

8.1.2.1. Certificado nível A3 – tipo e-CPF;

8.1.2.2. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);

8.1.2.3. Validade: 3 (três) anos, contados da data de emissão do certificado;

8.1.2.4. Aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;

8.1.2.5. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.1.2.6. Requisição Mínima: 1 (uma) unidade.

8.1.3. ITEM 3: Emissão de Certificado digital para Pessoa Jurídica (e-CNPJ A3 com token)

8.1.3.1. Certificado nível A3 – tipo e-CNPJ;

8.1.3.2. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);

8.1.3.3. Validade: 3 (três) anos, contados da data de emissão do certificado;

8.1.3.4. Aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;

8.1.3.5. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro;

8.1.3.6. Deverá fornecer em conjunto com o certificado digital um dispositivo de armazenamento do certificado digital do tipo token (para cada certificado) totalmente compatível e com as seguintes especificações técnicas mínimas:

- a)** Deverá ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- b)** Totalmente compatível com as especificações do certificado digital do tipo A3;
- c)** Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A, versão 2.0 (ou superior compatível com a versão 2.0);
- d)** Emitir conexão direta com a porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
- e)** Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- f)** Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres;
- g)** Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
- h)** Permitir geração de chaves, protegidas por *PINs (Personal Identification Number)*, compostos por caracteres alfanuméricos;
- i)** Fornecer *driver* e programa de gerenciamento para o Sistema Operacional *Microsoft Windows 10* e versões superiores;
- j)** Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução;
- k)** Suportar, pelo menos, os seguintes navegadores: *Microsoft Internet Explorer* (versão 7.0 e superiores), *Firefox* (versão 45.0 e superiores) e *Google Chrome* (versão 35 ou superior);
- l)** Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do Titular do dispositivo;
- m)** O bloqueio do dispositivo deverá seguir as recomendações das normas do ICP-Brasil;
- n)** O *Software* de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil.

8.1.3.7. Requisição Mínima: 1 (uma) unidade.

8.1.4. ITEM 4: Emissão de Certificado digital para Pessoa Jurídica (e-CNPJ A1)

8.1.4.1. Certificado nível A1 – tipo e-CNPJ;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.1.4.2. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);

8.1.4.3. **Validade: 12 (doze) meses**, contados da data de emissão do certificado;

8.1.4.4. Aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;

8.1.4.5. O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro;

8.1.4.6. O certificado digital deve ser compatível com uso em sistemas operacionais *Linux*.

8.1.5. ITEM 5: Emissão de Certificado digital do tipo *SSL Wildcard* (OV)

8.1.5.1. O certificado digital deve ser do tipo *wildcard* (sub-domínios) e permitir a sua utilização em ilimitados sub-domínios do Coren-SP (*.coren-sp.gov.br).

8.1.5.2. O Certificado deverá permitir uso em ilimitados servidores e serviços.

8.1.5.3. O Certificado deverá ser compatível com o padrão de segurança TLS versão 1.2 ou superiores.

8.1.5.4. O certificado digital deve possuir compatibilidade com todos os servidores e equipamentos que suportem SSL/TLS.

8.1.5.5. O certificado digital deve possuir validade de **12 (doze) meses** após a emissão, com possibilidade de reemissão gratuita e ilimitada do certificado digital durante sua validade;

8.1.5.6. O Certificado deve ser emitido por Autoridade Certificadora Raiz e Intermediárias cujas cadeias de certificação já venham nativamente instaladas e confiadas no Sistema Operacional *Windows, Android, iOS, MacOS* e nos navegadores *Internet Explorer, Edge, Google Chrome, Safari, Opera* e *Firefox*, em suas versões *desktop* e também versões móveis. Em outras palavras, o certificado, uma vez instalado nos servidores do Coren-SP deverá permitir a navegação segura de todos os usuários dos sistemas/sites de forma transparente, sem a necessidade de intervenção manual do usuário, considerando que esse utilize um dos principais navegadores de internet (*desktop* ou móvel) citados acima.

8.1.5.7. O objetivo deste último requisito é facilitar o acesso do público externo aos serviços do Coren-SP, visto que não será necessário realizar instalação de certificado de AC alguma manualmente (nem raiz nem intermediária).

8.1.5.8. O Certificado deverá seguir os padrões x.509 v3 de acordo com o perfil definido pela RFC 5280 e RFC 3647.

8.1.5.9. Quando constatada emissão imprópria ou defeituosa de um certificado, o mesmo deverá ser revogado e reemitido sem ônus à Contratante.

8.1.5.10. Também deverá ser disponibilizada para consulta a Lista de Certificados Revogados (LCR).

8.1.5.11. A Autoridade Certificadora que emitir os certificados deverá disponibilizar, no regime 24x7, canal de atendimento para que a Contratante solicite, caso necessário, revogação dos certificados emitidos. Neste caso, a revogação deverá ser refletida na LCR no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas corridas.

8.1.5.12. Em caso de Revogação de certificados a Contratada deverá agir rapidamente para restabelecimento da confiança nas comunicações do Coren-SP através da emissão de novos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

certificados confiáveis pelos principais navegadores (*Internet Explorer, Edge, Google Chrome, Safari, Opera e Firefox*), inclusive suas versões móveis.

8.1.5.13. Requisitos de Criptografia e Chaves:

- a) O referido Certificado Digital deverá possuir criptografia SHA 256bits.
- b) O tamanho da chave dos Certificados deverá ser de 2048 bits se for RSA e 256bits caso seja ECC.
- c) As chaves privadas do Coren-SP não poderão ser armazenadas pela Contratada, devendo essas serem de conhecimento e posse exclusiva da Contratante.

8.1.5.14. Requisição Mínima: 1 (uma) unidade.

8.1.6. ITEM 6 - Emissão de Certificado digital do tipo SSL DV.

8.1.6.1. O certificado digital deve ser do tipo *SSL DV* e permitir a sua utilização em um único domínio do Coren-SP.

8.1.6.2. O Certificado deverá permitir uso em ilimitados servidores e serviços.

8.1.6.3. Possuir alto nível de segurança e confiança, com 2048 *bits* de criptografia e 256 *bits* de assinatura ou superior;

8.1.6.4. O certificado digital deve possuir compatibilidade com certificado SSL.

8.1.6.5. O certificado digital deve possuir validade de **12 (doze) meses**;

8.1.6.6. O Certificado deve ser emitido por Autoridade Certificadora Raiz e Intermediárias cujas cadeias de certificação já venham nativamente instaladas e confiadas no Sistema Operacional *Windows, Android, iOS, MacOS* e nos navegadores *Internet Explorer, Edge, Google Chrome, Safari, Opera e Firefox*, em suas versões *desktop* e também versões móveis. Em outras palavras, o certificado, uma vez instalado nos servidores do Coren-SP deverá permitir a navegação segura de todos os usuários dos sistemas/sites de forma transparente, sem a necessidade de intervenção manual do usuário, considerando que esse utilize um dos principais navegadores de internet (*desktop* ou móvel) citados acima.

8.1.6.7. O objetivo deste último requisito é facilitar o acesso do público externo aos serviços do Coren-SP, visto que não será necessário realizar instalação de certificado de AC alguma manualmente (nem raiz nem intermediária).

8.1.6.8. Quando constatada emissão imprópria ou defeituosa de um certificado, o mesmo deverá ser revogado e reemitido sem ônus à Contratante.

8.1.6.9. Também deverá ser disponibilizada para consulta a Lista de Certificados Revogados (LCR).

8.1.6.10. A Autoridade Certificadora que emitir os certificados deverá disponibilizar, no regime 24x7, canal de atendimento para que a Contratante solicite, caso necessário, revogação dos certificados emitidos. Neste caso, a revogação deverá ser refletida na LCR no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas corridas.

8.1.6.11. Em caso de Revogação de certificados a Contratada deverá agir rapidamente para restabelecimento da confiança nas comunicações do Coren-SP através da emissão de novos certificados confiáveis pelos principais navegadores (*Internet Explorer, Edge, Google Chrome, Safari, Opera e Firefox*), inclusive suas versões móveis.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.1.6.12. As chaves privadas do Coren-SP não poderão ser armazenadas pela Contratada, devendo essas serem de conhecimento e posse exclusiva da Contratante.

8.1.6.13. Requisição Mínima: 1 (uma) unidade.

8.2. REQUISITOS DE GARANTIA – *TOKENS* (itens 1 e 3)

8.2.1. Os *tokens* fornecidos (itens 1 e 3) deverão ser novos e de "primeiro uso", não podendo ser recondicionados.

8.2.2. Será exigida garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 3 (três) anos para o certificado de pessoa física ou jurídica contados a partir da data de emissão do certificado.

8.2.3. Para o *token* fornecido, será exigida garantia mínima de 1 (um) ano contado do recebimento definitivo da peça.

8.2.3.1. Não estão contemplados nessa garantia os casos de roubo, perda do dispositivo e mau uso do usuário.

8.2.4. Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* e uma nova emissão de certificado deverá ser realizada, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo Coren-SP à Contratada.

8.3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.3.1. As requisições serão realizadas conforme a necessidade do Coren-SP.

8.3.2. Itens 1 a 4: O prazo de entrega do objeto, isto é, a validação e/ou emissão do certificado digital com ou sem fornecimento de *token* é de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do Instrumento Contratual e/ou Nota de Empenho pela contratada.

8.3.2.1. O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando a Contratada entregar a evidência da emissão de todos os certificados digitais para pessoa jurídica ou de empregados do Coren-SP que compareceram aos eventos de emissão agendados.

8.3.2.2. As visitas necessárias para validação e emissão dos certificados digitais para pessoas físicas ou jurídicas (itens 1 a 4) poderão ser realizadas pela Contratante na hipótese de a Contratada possuir posto de atendimento no município de São Paulo, que atenda em horário comercial e mediante agendamento.

8.3.2.3. Caberá à Contratada promover visita à Sede do Coren-SP para validação e emissão dos certificados digitais caso esta não possua posto de atendimento no município de São Paulo, por meio de visita agendada após o envio de Ordem de Serviço pela Fiscalização com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

8.3.3. Itens 5 e 6: O serviço deverá ser iniciado em até 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento do instrumento contratual e/ou Nota de Empenho pela Contratada.

8.3.3.1. A entrega do objeto deverá ser realizada por meios digitais seguros em contato com a Gerência de TI, telefone (11) 3225-6342, e-mail ti.infra@coren-sp.gov.br.

8.3.3.2. Acompanhando a transmissão do certificado, deverá ser apresentada ao Coren-SP a DPC (Declaração de Práticas de Certificação) definida pela Contratada.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.3.4. Para fins da realização de visitas para validação e emissão de certificados, as seguintes informações deverão ser consideradas pela Contratada:

8.3.4.1. Endereço da Unidade Sede do Coren-SP: Alameda Ribeirão Preto, nº 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01331-001;

8.3.4.2. As visitas deverão ser agendadas previamente, junto à Fiscalização do contrato, e deverão ocorrer no horário compreendido entre as 08h00 e 17h00, de segunda e sexta-feira, em dias úteis.

9. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

9.1. De forma à possibilitar a definição de consumo máximo para um período de 60 (sessenta meses), a EPC entendeu pela definição inicial de quantitativos para contratação dentro de um período de 12 (doze) meses, a partir de levantamento de demandas mapeadas pela equipe técnica de TI junto às áreas requisitantes do Coren-SP, com base no histórico de consumo das áreas administrativas e de suporte do Coren-SP e, após análise do histórico de contratações do PE nº 04/2022 e para o item 6, a fim de garantir as certificações dos sites de campanha da gestão em exercício e da Gerência de Comunicação do Coren-SP.

9.2. Em relação ao item 2, que corresponde à emissão de certificado digital do tipo A3 para pessoa física sem o fornecimento de token, este sendo destinado às renovações de certificações para empregados do Coren-SP que já possuam o dispositivo físico token decorrente de emissões anteriores, a EPC decidiu considerar o consumo anual da metade do quantitativo do item 1, e-CFP A3 com fornecimento de token.

9.3. A tabela abaixo demonstra a projeção de consumo para um período de 12 (doze) meses e para a vigência inicial sugerida pela EPC de 60 (sessenta) meses. Destaque-se que a EPC entendeu pela projeção de estimativa anual de consumo para o período de vigência inicial proposto, 60 (sessenta) meses, tendo em vista que se trata de um contrato de serviços estimativo, em que as demandas serão pagas a partir de prévias requisições da Administração.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE ESTIMADA 12 (DOZE) MESES	QTDE ESTIMADA 60 (SESENTA) MESES
1	Emissão de certificado digital para pessoa física (e-CPF) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses e dispositivo de armazenamento de certificado (token) com garantia de 1 (um) ano, homologado pela ICP-Brasil	Unidade	8	20 ¹
2	Emissão de certificado digital para pessoa física (e-CPF) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses, homologado pela ICP-Brasil (sem token)	Unidade	4	20
3	Emissão de certificado digital para pessoa jurídica (e-CNPJ) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses e dispositivo de armazenamento de certificado (token) com garantia de 1 (um) ano, homologado pela ICP-Brasil	Unidade	2	10

¹ Quantidade estimada para 60 (sessenta) meses, não proporcional, considerou 1 (um) evento de troca de gestão nos primeiros 12 (doze) meses de vigência, ocasião em que são adquiridos Tokens para a Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º tesoureiros. Isto feito, identificado que as 16 (dezesesseis) unidades remanescentes atendem às demandas pontuais do Coren-SP, especialmente porque o item 2, certificado sem token, é suficiente para pessoas que já dispõem de token físicos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4	Emissão de certificado digital para pessoa jurídica (e-CNPJ) do tipo A1 com validade de 12 (doze) meses, com garantia de 1 (um) ano, homologado pela ICP-Brasil	Unidade	4	20
5	Emissão de certificado de servidor do tipo SSL Wildcard de validação de empresa (OV), sem limite do número de sites pelo período de 12 (doze) meses.	Unidade	2	10
6	Emissão de certificado de servidor do tipo SSL DV de validação de domínio (DV), pelo período de 12 (doze) meses.	Unidade	4	20

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Dos Valores Máximos Aceitáveis

10.1.1. O valor total estimado de contratação para um período de 60 (sessenta) meses é de R\$ 52.594,70 (cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais e setenta centavos), conforme resumo da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL ESTIMADA (60 MESES)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALORES TOTAIS MÁXIMOS ACEITÁVEIS
1	Emissão de certificado digital para pessoa física (e-CPF) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses e dispositivo de armazenamento de certificado (token) com garantia de 1 (um) ano, homologado pela ICP-Brasil	27189	Unidade	20	R\$ 407,40	R\$ 8.148,00
2	Emissão de certificado digital para pessoa física (e-CPF) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses, homologado pela ICP-Brasil (sem token)	27219	Unidade	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
3	Emissão de certificado digital para pessoa jurídica (e-CNPJ) do tipo A3 com validade de 36 (trinta e seis) meses e dispositivo de armazenamento de certificado (token) com garantia de 1 (um) ano, homologado pela ICP-Brasil	27197	Unidade	10	R\$ 507,53	R\$ 5.075,30
4	Emissão de certificado digital para pessoa jurídica (e-CNPJ) do tipo A1 com validade de 12 (doze) meses, com garantia de 1 (um) ano, homologado pela ICP-Brasil	27162	Unidade	20	R\$ 223,39	R\$ 4.467,80
5	Emissão de certificado de servidor do tipo SSL Wildcard de validação de empresa (OV), sem limite do número de sites pelo período de 12 (doze) meses.	27243	Unidade	10	R\$ 2.252,36	R\$ 22.523,60



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE TOTAL ESTIMADA (60 MESES)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALORES TOTAIS MÁXIMOS ACEITÁVEIS
6	Emissão de certificado de servidor do tipo SSL DV de validação de domínio (DV), pelo período de 12 (doze) meses.	27243	Unidade	20	R\$ 399,00	R\$ 7.980,00

10.2. Da metodologia da pesquisa estimativa de preços

10.2.1. A pesquisa estimativa de preços foi realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos nos incisos I e III do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. A Equipe de Planejamento não encontrou justificativas técnicas ou mercadológicas que ensejassem o agrupamento dos itens. Porém, frise-se que os diversos serviços de certificação costumam ser realizados por um mesmo grupo de fornecedores, não existindo impedimentos acerca de um mesmo fornecedor ser contratado para as certificações dos diferentes itens.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes em relação ao objeto de estudo deste ETP.

13. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Conforme item 2 do presente ETP.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Não foram observadas providências específicas a serem adotadas pela Administração em relação à contratação do objeto de estudos deste ETP.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (SE APLICÁVEIS)

15.1. Não foram observados impactos ambientais específicos em relação à contratação do objeto de estudos deste ETP.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas correrão pelo(s) seguinte(s) Elemento(s) de Despesa: 6.2.2.1.1.33.90.39.002.052 – Serviços de Certificação Digital.

16.2. Em relação ao cronograma desembolsos para o exercício de 2023, estima-se o valor de R\$ 12.247,54 (doze mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), devendo, no início de próximos exercícios, a Administração atestar a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Com base nos elementos obtidos neste estudo preliminar realizado por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que é viável a presente contratação.

DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas no presente ETP **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

O presente Estudo Preliminar é parte integrante do Termo de Referência desta contratação e deverá ser publicado enquanto anexo do Edital de Licitação.

São Paulo, 04 de abril de 2023.

Integrante Requisitante/Técnico	Thiago Aparecido de Britto Navas Coordenador de Área – GTI-I Matrícula 775
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Henrique Pereira Soares Assessor II – GAB/PRES Matrícula 975